

Ela é quase da família: histórias de vida de mulheres que trabalham com serviços domésticos¹

Gabriela Souza SILVA²
Élica Luiza PAIVA³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA

RESUMO

Esta pesquisa apresenta um estudo sobre o trabalho doméstico remunerado. Isso foi possível através da escuta de narrativas de histórias de vida de mulheres que trabalham como domésticas. Nesse processo investigativo, além de dar visibilidade ao contexto de vida e profissional delas, foi possível observar como e/ou se a Emenda Constitucional nº 72/2013 trouxe mudanças significativas para os seus cotidianos. Para realizar esse objetivo, foi utilizada a perspectiva etnossociológica das narrativas de histórias de vida, de Daniel Bertaux (2010). Como resultado desse trabalho, foi construído um livro-reportagem com nove reportagens-perfil, narrando as histórias de trabalhadoras de Gandu e Vitória da Conquista, na Bahia. Ao final, é possível concluir que a Emenda Constitucional nº 72/2013 impactou positivamente apenas a vida de algumas domésticas, visto que, 70% das trabalhadoras domésticas ainda não são legalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: trabalhadoras domésticas; livro-reportagem; jornalismo literário.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em serviços domésticos, é muito comum haver uma associação direta à mulher. Basta digitar “serviços domésticos” no *Google Imagens*, que quase todas as referências serão de alguém do sexo feminino, com um kit de limpeza nas mãos. Muito embora essas atividades tenham grande importância para a vida do ser humano, ainda existe uma desvalorização e invisibilidade desse trabalho, principalmente, com as mulheres que são domésticas⁴. De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência⁵, são considerados trabalhadores domésticos a babá, o vigia, a lavadeira, a governanta, o

¹ Trabalho apresentado no - IJ06 - Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Jornalista formada pelo Curso de Jornalismo da Uesb, e-mail: gabrielasouzasilva417@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora Titular do Curso de Jornalismo da Uesb, email: elica.paiva@uesb.edu.br.

⁴ Guimarães (2019) apresenta uma abordagem que destaca como o grupo de trabalhadoras domésticas sempre foi historicamente invisibilizado e submetido a preconceitos sociais.

⁵ BRASIL. **Trabalho Doméstico**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/trabalhador/mais-acoos/trabalhador-domestico>. Acesso em: 13 nov. 2022

faxineiro, o jardineiro, o cozinheiro, o motorista particular, acompanhante de idosos, dentre outras atividades consideradas do lar.

A desvalorização social vivenciada por trabalhadoras domésticas perpassa por situações que ultrapassam os limites de seus locais de trabalho. No Brasil, essa classe de profissionais foi uma das últimas a conseguir direitos trabalhistas comuns a um celetista, ocorrendo somente em 2013, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013, que seria regulamentada dois anos depois pela Lei Complementar nº 150/2015. Essa lei dispõe sobre o contrato do trabalho doméstico e assegura novos direitos a esse grupo trabalhista. A fim de identificar como está a situação das domésticas depois da aprovação dessas garantias legais, esse trabalho busca responder ao seguinte questionamento: a Emenda Constitucional nº 72/2013 impactou nas narrativas de histórias de vidas de trabalhadoras domésticas do interior da Bahia?

Vale evidenciar que, neste trabalho, há um recorte geográfico considerando as cidades de Gandu-BA e Vitória da Conquista-BA, escolhidas porque a primeira é a minha cidade de nascimento e a segunda, onde estudo e moro atualmente. Localizada a cerca de 297 km de distância da capital Salvador, Gandu tem o quantitativo populacional estimado em 32.778 pessoas, com base nos últimos dados de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já Vitória da Conquista é a terceira maior cidade do estado e quinta do interior nordestino, com 343.643 mil habitantes.

A partir desse problema de pesquisa, o objetivo desse processo de investigação resultou em um livro-reportagem, no formato e-book, com narrativas de histórias de vida de mulheres que trabalham como domésticas. E, nesse processo de elaboração, além de dar visibilidade ao contexto de vida e profissional delas, foi intencionado observar como e/ou se a Emenda Constitucional nº 72/2013 trouxe mudanças significativas para o cotidiano dessas trabalhadoras. O livro-reportagem "Ela é quase da família: histórias de vida de mulheres que trabalham com serviços domésticos" contém nove reportagens-perfil, de cunho narrativo, caracterizado no Jornalismo Literário, que conta a história de seis trabalhadoras de Gandu e duas de Vitória da Conquista, além de uma ex-empregada doméstica que agora trabalha como diarista. Nesse tipo de reportagem, segundo Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986, p. 125) “[...] a narrativa gira em torno de um único personagem e faz o retrato detalhado do seu modo de vida, costumes, sentimentos [...]”.

A produção desse trabalho se justifica no campo social porque realizar um estudo para entender a atual situação dessas domésticas, passados dez anos que a referida Emenda Constitucional foi aprovada, demonstra ser fundamental para descobrir se as suas histórias de vidas realmente foram impactadas com essa mudança trabalhista. Na vertente acadêmica, pensar a marginalização e invisibilidade dessas trabalhadoras, assim como um possível não cumprimento da lei trabalhista, pode resultar em discussões sociológicas relevantes, e mais estudos e produções acadêmicas voltadas para essa minoria. E, pessoalmente, essa pesquisa e livro-reportagem são importantes porque eu nasci e fui criada com o sustento de uma mulher ganhando a vida com o serviço doméstico. Fazer um trabalho com essa temática é a forma que eu encontrei para dar voz e visibilidade para um grupo que sempre viveu às margens da sociedade.

Essa pesquisa se utiliza da perspectiva etnossociológica das narrativas de histórias de vida, com base nos estudos do sociológico francês, Daniel Bertaux (2010). Nesse método usado pelas Ciências Sociais, o principal aspecto se situa na ida a campo para observação e realização de entrevistas. Ao longo do presente artigo, três tópicos além da introdução e considerações finais, são dispostos para que seja feita a discussão acerca dos elementos aqui colocados. No segundo tópico são abordadas definições e características do Jornalismo Literário, questões sobre narrativas de vida e livro-reportagem. A cargo do terceiro tópico ficou a discussão sobre o trabalho doméstico e a trabalhadora doméstica. No quarto, encontra-se a práxis jornalística direcionada pelo método de Bertaux (2010). Já no quinto tópico há descrição do processo de construção do livro-reportagem.

Os principais estudiosos que embasam esse trabalho são Monica Martinez (2009; 2022), Gustavo de Castro (2010), Felipe Pena (2006) e Tom Wolfe (2005), no quesito Jornalismo Literário. Na parte sobre o livro-reportagem foram usados Eduardo Belo (2006) e Edvaldo Pereira Lima (2004). Com relação às domésticas e à Emenda Constitucional nº 72/2013, foi utilizado principalmente Marina Araújo (2015). Já a metodologia é somente baseada em Daniel Bertaux (2010), conforme já mencionado. A contribuição desses estudiosos foi fundamental para que eu me debruçasse nessa jornada de formação acadêmica e profissional, que fez fluir nas minhas veias o ser jornalista.

JORNALISMO LITERÁRIO E O LIVRO-REPORTAGEM: UMA ALTERNATIVA AO JORNALISMO TRADICIONAL

Desde as origens da sua história até os dias de hoje, o Jornalismo Literário é um gênero que divide muitas opiniões entre autores. Para Martinez (2009), é um grande equívoco acreditar que ele surgiu na década de 1960, com o *New Journalism* ou, traduzindo, Novo Jornalismo, nos Estados Unidos da América, porque esse gênero é inspirado em escritores ainda do século XVII, a exemplo de Daniel Defoe, que escreveu um livro contando em detalhes a epidemia da peste bubônica.

Outro ponto levantado por Martinez (2009, p. 73) é que nesse jornalismo existe a possibilidade de “[...] tecer narrativas com símbolos, metáforas e imagens que são de fácil compreensão para todos [...]”, ou seja, o jornalista pode usar certas palavras e expressões para descrever algo ou alguma característica de um personagem, de forma cativante e acessível aos diversos níveis de conhecimento. Porém, o Jornalismo Literário ainda é cercado de conflitos e um deles é travado dentro do próprio meio jornalístico, porque a autora também afirma que ainda há quem ache o jornalista literário um escritor frustrado, trabalhando em uma redação para ganhar a vida.

Pena (2006, p. 21) traz “[...] o Jornalismo Literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional”, porque acredita que a música permanece por mais tempo na memória das pessoas do que a própria Literatura. Ao fazer essa definição, o autor diz que o Jornalismo Literário deve ser feito de forma melodiosa, para que cada palavra seja ritmada, formando um conjunto de sonoridade que ficará presente por mais tempo na memória do leitor. Já Castro (2010) apresenta o Jornalismo Literário como algo que está contextualizado com várias áreas ligadas ao conhecimento humano. Com esse pensamento, o autor também afirma que esse jornalismo não exclui nenhum recurso narrativo ou metodológico, podendo se utilizar de diferentes formatos para informar o leitor, ouvinte, internauta ou telespectador.

No Jornalismo Literário também existem algumas características que tornam o texto mais sensível e humanizado. O jornalista pode se utilizar da construção cena a cena; da reprodução de diálogos completos; utilização do ponto de vista de terceira pessoa e o registro de símbolos do status de vida das personagens, conforme apresenta Wolfe (2005). O primeiro tópico, cena a cena, tem o propósito de construir um cenário, recorrendo o

mínimo possível à narrativa puramente histórica. Paralelo a isso, o segundo, sendo a utilização do diálogo apresenta e define o personagem mais rapidamente, o que torna a leitura mais dinâmica para o leitor.

Já no terceiro aspecto, o jornalista usa o ponto de vista da terceira pessoa, por meio de um personagem particular, para que o leitor tenha a sensação de estar dentro da cabeça desse personagem. De acordo com Wolfe (2005), essa premissa pode se tornar irrelevante para a narrativa e até mesmo irritar o leitor, por que como o jornalista poderia penetrar nos pensamentos de outra pessoa se ele está fazendo uma obra de não-ficção? A resposta para esse questionamento é o jornalista literário entrevistar os personagens e lhes perguntar sobre os seus sentimentos. O quarto e último tópico faz jus à caracterização dos personagens e seu modo de ser, com o registro de gestos, hábitos e estilos de comportamentos.

Aliado ao Jornalismo Literário está o livro-reportagem. Nesse formato, Belo (2006) diz que o jornalista precisa mergulhar na história, nos personagens, nas situações e acontecimentos, para que o leitor receba uma informação profunda, porque o objetivo desse tipo de reportagem é esgotar o assunto ou chegar perto disso. “A função básica do livro-reportagem é informar com profundidade. Para que o leitor se sinta impelido à leitura, o texto tem de atraí-lo” (BELO, 2006, p. 120). Ele ainda fala que a emoção da narrativa é o que mais chama atenção e prende o leitor. Por isso, escolhi utilizar esse formato para trazer as narrativas de vidas das trabalhadoras domésticas para o centro da discussão. Isso porque, essas mulheres, geralmente só são noticiadas quando há algum caso de inferiorização da classe ou violência, a exemplo de situação análoga à escravidão.

Nesse estudo, trabalho com o formato livro-reportagem-perfil, porque nele, “a pessoa geralmente representa, por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo” (LIMA, 2004, p.52). A partir desse pressuposto é que escrevi nove reportagens, para que cada uma das entrevistadas pudesse ter uma reportagem única. Além disso, como esse trabalho também se enquadra na natureza de pesquisa qualitativa, que não se preocupa exatamente com a quantidade de participantes da pesquisa, mas sim, com as descrições e comparativos de realidades, a quantidade de mulheres que fizeram parte desse estudo se mostrou satisfatória, visto que, apresentou camadas positivas e negativas envolvendo o universo do trabalho doméstico.

Conforme dizem Martin W. Bauer e George Gaskel (2002), a pesquisa qualitativa visa caracterizar uma representação de pessoas na realidade em que vivem. Dessa maneira, o presente trabalho buscou trazer uma amostragem apresentando nove histórias de vida, com diferentes realidades, porque dentre as personagens há as seguintes situações: uma vítima de assédio sexual no trabalho; outra que viveu o trabalho infantil; uma mulher que precisou ficar longe das filhas para cuidar de outras crianças; outra que escolheu trabalhar como diarista; uma que optou por não ser registrada formalmente e uma mulher que não consegue trabalho formal desde a Emenda Constitucional nº 72. Além disso, também tem uma trabalhadora que é registrada há 26 anos; uma que está afastada devido a doença e outra que trabalha para a própria família.

A DOMÉSTICA E CARACTERÍSTICAS DO SEU TRABALHO

Apesar da importância dos serviços domésticos para a vida familiar e social, essa atividade demonstra ser pouco valorizada e, na maioria das vezes, não remunerada. Dentro desse contexto e na divisão social e cultural de papéis entre os gêneros, coube à mulher realizar as tarefas relacionadas às refeições, limpeza e cuidado de crianças, pessoas idosas e/ou doentes. Esses serviços são, inclusive, tidos como algo natural do sexo feminino. Isso pode ser visto com base nos dados mais recentes do IBGE, de 2020, porque das 146,7 milhões de pessoas que faziam serviços domésticos, 92,1% eram mulheres, em detrimento ao número de 78,6% dos homens⁶.

Quando se fala em profissionais que ganham o sustento trabalhando com serviços domésticos, a exemplo dos vigias, caseiros, motoristas, jardineiros, cozinheiros, arrumadeiras e cuidadores de idosos, a presença feminina permanece em destaque, sendo 92% desses trabalhadores, de acordo com dados divulgados em abril de 2022, pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), feitos pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Pnad) Contínua do IBGE⁷.

⁶ GRANDA, Alana. **IBGE: mulher tem peso importante no chamado “trabalho invisível”**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/ibge-mulher-tem-peso-importante-no-chamado-trabalho-invisivel>. Acesso em: 28 set. 2022.

⁷ Os dados usados ao longo desse artigo foram encontrados no site do Dieese e fazem referência à pesquisa feita pela Pnad Contínua do IBGE. Trabalho doméstico no Brasil. **DIEESE**, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso: 22 set. 2022.

Além desse aspecto, é necessário se atentar ao fato de que a maioria dessas trabalhadoras são negras, representando o percentual de 65% das empregadas domésticas entre os 4º trimestres de 2019 e 2021, conforme a Pnad Contínua do IBGE. Essa característica não é percebida somente na atualidade. Segundo Araújo (2015, p.7), “em 1977, Alda Britto Motta, ao analisar as trabalhadoras domésticas da cidade de Salvador, deparou-se com um perfil: mulheres, majoritariamente negras, com baixo nível de instrução e originárias do interior”. Esse perfil predominantemente visto nas empregadas do lar é oriundo do Brasil escravagista, porque as cativas eram responsáveis pela realização dos serviços domésticos nas casas de seus senhores.

Ainda hoje, mesmo com a garantia legal trabalhista, por meio da Emenda Constitucional nº 72/2013, o trabalho feminino doméstico remunerado não é valorizado enquanto profissão, sendo colocado em posição de serviço subalterno, visto que, para ser executado, não é necessário um alto nível de qualificação porque essas atividades são consideradas naturalmente inerentes à mulher. Essa característica também acontece, de acordo com Kelly Teixeira (2014, p.24), devido a questões do sistema capitalista. “Por serem de responsabilidade feminina e não possuírem função econômica direta na produção capitalista, as atividades domésticas tornam-se, do ponto de vista do senso comum, “invisíveis”, desvalorizadas e inferiores às demais”.

Muito embora esses serviços domésticos sejam importantes, pois se tratam de atividades diretamente ligadas ao bem-estar do ser humano, essas condições de desvalorização contribuem para que as profissionais sejam consideradas invisíveis socialmente e aumentem as desigualdades existentes entre as diferentes camadas socioeconômicas do Brasil. Uma outra questão importante a se considerar é a relação entre os patrões e a empregada, porque esse contato de chefe-empregado, no ambiente residencial, não costuma acontecer em outros setores e postos de trabalho, ou seja, a intimidade da casa com o labor. Segundo Pereira (2015, p. 14) “por se tratar do lar do empregador, torna-se mais difícil um controle e uma fiscalização por parte do Estado. A violação e abuso dos direitos sempre se fizeram presentes na história do trabalho doméstico”.

Em campo, ao conversar com as nove trabalhadoras participantes da pesquisa, foi possível perceber que essa fiscalização por parte do Estado realmente não acontecia/acontece, porque todas elas, em algum momento da jornada com os serviços

domésticos remunerados, já trabalharam sem o devido registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com salário abaixo do mínimo exigido pela legislação, sem remuneração por hora extra, trabalho nos feriados, dentre outras infrações de direitos trabalhistas. Depois da promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013, essa situação continuou acontecendo com quatro entrevistadas.

Como já foi supracitado, as relações entre os patrões e empregadas são diferentes dos setores trabalhistas fora do ambiente íntimo do lar. Ao falar sobre isso, a personagem Andréa Silva Santos⁸, 45, disse que não gosta de ter relações que fujam do âmbito profissional com os patrões, porque alguns empregadores tentam comprar suas funcionárias “com um copo, uma panela, uma roupa ou sandália”, para que possam ter uma relação de amizade. E, em consequência disso, atrasar os salários, pedir para que as domésticas trabalhem além do horário determinado, inclusive, em feriados.

Para fazer as entrevistas com as trabalhadoras domésticas, a primeira ida a campo foi na cidade de Gandu, no Baixo Sul da Bahia. Em Gandu, além de Andréa, pude conversar com Carla Silva Vieira, 36, Ana Lúcia Silva Souza, 40, Ivonete Bispo dos Santos, 46, Noemia Silva dos Santos, 55, e Maria da Conceição Silva, 59. Já em Vitória da Conquista, conversei com Edneuma Silva da Conceição Souza, 37, Neuma Pratis da Silva, 22, e Euzene Rosa de Araújo, 37.

Como foi dito, 65% das empregadas no Brasil são negras. Entre as mulheres que conversaram comigo, Carla, Ana Lúcia, Ivonete, Noemia, Euzene e Maria da Conceição se autodeclararam pretas. No grupo dos pardos se encaixa Andréa, que também está inserida dentro no quadro da população negra, já que essa terminologia é usada para se referir à soma de pessoas declaradas pretas e pardas. Entre as autodeclaradas brancas estão Edneuma e Neuma, minoria entre as nove participantes.

As estatísticas mais uma vez se fazem presentes no perfil geral das trabalhadoras domésticas que conversaram comigo, porque segundo a Pnad Contínua do IBGE, a faixa etária média dessas trabalhadoras é de 43 anos, sendo que a maioria delas varia entre 30 e 59 anos. Com as participantes dessa pesquisa e livro-reportagem, o mesmo é perceptível porque a idade média dessas mulheres é de 41 anos, variando entre 22 e 59 anos. Outro ponto a ser observado é a questão da escolaridade. Carla, Ana Lúcia, Ivonete e Noemia

⁸ As personagens assinaram um termo autorizando a divulgação dos seus nomes originais para a pesquisa e o livro-reportagem, com exceção da Maria da Conceição Silva, que é um nome fictício.

possuem o Ensino Médio Completo, mas foram concluídos em períodos fora do convencional. Já Maria da Conceição e Andréa estudaram respectivamente até a 1ª e 4ª séries do Ensino Fundamental. Euzene e Neuma pararam de estudar no 1º e 2º ano do Ensino Médio e Edneuma está no 8º semestre do Ensino Superior em Administração.

Ao conversar com as mulheres, pude perceber que três já tinham os direitos reconhecidos antes da implementação dessa lei e somente uma foi registrada depois da Emenda. Conforme consta nos dados da Pnad Contínua do IBGE, mesmo com a vigoração da Emenda Constitucional nº 72/2013, regulamentada pela Lei Complementar nº 150/2015, dos 5,7 milhões de trabalhadores domésticos no Brasil, em 2019, apenas 27%, ou seja, 1,5 milhão estavam na formalidade com a Carteira de Trabalho e Previdência Social assinadas. Já em 2021, o número de trabalhadores domésticos caiu para 5,2%, sendo 1,2% na legalidade. Com isso, é possível dizer que, mesmo com as leis para os empregados domésticos, mais de 70% não gozam dessas garantias legais.

A PERSPECTIVA ETNOSSOCIOLÓGICA E O PERCURSO METODOLÓGICO

Como um dos objetivos deste trabalho foi colher as histórias de vidas de trabalhadoras e empregadas domésticas, a metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa foi a perspectiva etnossociológica, de Bertaux (2010). Esse método se apresentou favorável porque, segundo o estudioso, está apoiado na pesquisa de campo e nos estudos de caso, como acontece aqui. A perspectiva etnossociológica também é inspirada na tradição observatória da pesquisa etnográfica e constrói seus objetos de estudo por meio de problemáticas sociológicas.

Na obra *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*, Bertaux (2010) é muito enfático ao dizer que o método etnossociológico não é parte do mesmo universo da pesquisa epistemológica que faz uso de questionários com amostragem representativa para a obtenção de dados. No caso da perspectiva aqui utilizada, o pesquisador precisa ir a campo e fazer uma conversa face a face com os entrevistados, porque desse jeito, há maior possibilidade de que as respostas dos participantes sejam mais genuínas, visto que eles passarão por um processo em que se pode “[...] detalhar, precisar e comentar as descrições de situações, acontecimentos e ações [...]” (BERTAUX, 2010, p. 32-33).

Quando se fala da perspectiva etnossociológica, é necessário pontuar o fenômeno dos mundos sociais. Por meio dos mundos sociais, é possível entender como acontece o

comportamento da sociedade em determinados âmbitos, porque para cada área, há um mundo social diferente. Como é apontado por Bertaux (2010), uma padaria artesanal, o jornalismo e o transporte ferroviário são exemplos de mundos sociais ligados à uma atividade profissional. Outro objeto de estudo que faz parte dessa perspectiva é a “categoria de situação”, onde estão pessoas desempregadas há muito tempo, mães que criam os filhos sozinhas, deficientes físicos e mentais, dentre outros.

A utilização das narrativas de vida se mostra aqui particularmente eficaz, pois essa forma de coleta de dados empíricos se ajusta à formação das trajetórias; ela permite identificar por meio de que mecanismos e processos os sujeitos chegaram a uma dada situação, como se esforçaram para administrar essa situação e até mesmo para superá-las. (BERTAUX, 2010, p. 27)

O autor até se questiona se é necessário considerar mais um terceiro objeto de estudos, que seriam as trajetórias sociais. Isso porque, a depender da forma como o pesquisador conduz o estudo, caso não o tenha muito bem delimitado, não terá condições de fazer uma análise adequada. No entanto, se for feito da maneira correta, é mais uma opção para estudar como alguém se torna um professor, caminhoneiro ou sem-teto, já que eles estão inseridos no mesmo mundo social ou categoria de situação, sendo, portanto, um objeto de estudo específico. Neste trabalho, o objeto que melhor compreende é a trajetória social, porque pesquisei mulheres que trabalham com serviços domésticos e como foi o percurso até chegarem nesse ofício.

Segundo Bertaux (2010) uma das características primordiais do método etnossociológico é a não criação prévias de hipóteses. Para ele, antes de ir a campo, tudo o que o pesquisador acredita saber sobre determinado mundo social, por exemplo, são apenas preconceitos, muitas vezes, fundamentados em estereótipos. Portanto, o diferencial dessa pesquisa é justamente o isolamento desses conceitos para, em seguida, com base na observação concreta do que foi visto, levantar as suas hipóteses. Além disso, "o pesquisador vai a campo consciente da sua ignorância e, como faria qualquer etnólogo, ele se dirige às pessoas que aí exercem suas atividades e aí vivem para saber ‘como funciona’" (BERTAUX, 2010, p. 29). Sendo assim, o estudioso se coloca na posição de ouvinte e os sujeitos passam a ser os informantes.

Enquanto estive em campo, mesmo sendo filha de uma empregada doméstica, busquei manter minhas experiências de vida em suspensão, suspendendo também o que foi vivenciado por minha mãe, afinal, eram oito mulheres além dela, para eu escutar, cada uma com uma história de vida diferente e trajetórias que as levaram ao trabalho

doméstico. No decorrer desse processo, segui o passo a passo ensinado por Bertaux (2010) para o desenvolvimento de uma entrevista. O método de Bertaux (2010) em muito se assemelha às técnicas de entrevista vivenciadas no curso de Jornalismo, por isso, estava familiarizada com o processo que vivenciei em campo.

Na utilização da perspectiva etnossociológica, Bertaux (2010) pede que o pesquisador primeiramente faça contato com os futuros participantes e crie a uma identidade, falando quem é, para quem trabalha, se for o caso, a proposta do trabalho e tudo o que possa passar de informação para que o futuro entrevistado esteja ciente e aceite ou não participar. O autor também relatou uma experiência que teve enquanto pesquisava padeiros artesanais e eu segui a mesma estratégia para conquistar as trabalhadoras domésticas, porque apresentei a importância de representar as histórias dessa categoria de uma forma que não é costumeira no jornalismo, já que as domésticas quase sempre aparecem em situação de inferiorização. Bertaux (2010, p. 75-76) diz que:

Dessas primeiras experiências de campo eu tirei a conclusão, que se confirmou em seguida, que se apresentarmos a operação da pesquisa de tal sorte que ela pareça útil a certas categorias, isso nos abrirá portas. Essa regra vale, sobretudo, para as categorias sociais, e elas são muito numerosas, das quais nunca se fala na mídia ou, quando se fala, é somente para caricaturá-las.

Antes de partir para a entrevista propriamente dita, é recomendável que o personagem não comece a narrar pelo celular, porque esse processo já deve ser feito face a face. O entrevistador também precisa elaborar um plano com algumas perguntas, que, provavelmente, serão mudadas até o final da pesquisa. Durante a conversa, Bertaux (2010) não aconselha que esse roteiro fique na mão do pesquisador, visto que, é para servir de apoio. Para que a entrevista aconteça naturalmente, o entrevistado deve ser encorajado a descrever vivências que o levaram até a situação estudada.

Depois de realizadas as entrevistas, passei para a etapa de ouvir os áudios e ler as anotações que havia feito em campo. Conforme afirma Bertaux (2010), a transcrição dos áudios não é algo indispensável, porque consome muito tempo do pesquisador e as palavras aí escritas só captam 10% das mensagens emitidas. Eu optei por não fazer essas transcrições, focando em ouvir pelo menos duas vezes cada gravação. Enquanto escrevia cada uma das nove reportagens, em processo de análise, percebi alguns paralelos nas narrativas das mulheres, como o autor disse que poderia acontecer. A principal semelhança é que todas elas começaram a trabalhar como domésticas para ajudar a família, seja por conta própria ou não. Todas também apontaram a desvalorização do

serviço doméstico e somente uma mulher não se mostrou orgulhosa em ser uma doméstica.

Durante o processo de entrevista, três participantes me contaram que já tinham os direitos garantidos antes da Emenda Constitucional nº 72/2013. Isso me deixou feliz, visto que, muitas outras empregadas domésticas, principalmente nas capitais do país, como foi a situação de Noemia, podem ter tido a oportunidade de gozar dessas garantias antes da obrigatoriedade da lei. Um outro ponto a ser observado é que somente uma das trabalhadoras teve sua vida impactada pela emenda, porque foi a única a obter a Carteira de Trabalho e Previdência Social registrada, a partir da sua promulgação.

PROCESSO DE FORMAÇÃO DO LIVRO-REPORTAGEM ELA É QUASE DA FAMÍLIA

Ouvir e trabalhar com narrativas de histórias de vida é muito gratificante para mim, porque venho trabalhando com essa linha de pesquisa desde 2018, por meio da Iniciação Científica e do grupo de estudos e pesquisa Narrativas, Formação e Experiência (Naforme), sob coordenação da minha orientadora. Ao buscar as mulheres para produzir o livro-reportagem, me senti acolhida por elas e pude fazer parte desse processo de rememoração de um pedaço das suas vidas. Entre lágrimas e gargalhadas, essas mulheres que são trabalhadoras domésticas se abriram e narraram suas vivências, com a confiança de que eu iria fazer um bom trabalho ao contar suas histórias para outras pessoas por meio de um livro-reportagem.

O processo de feitura da capa e editoração foi terceirizada, por eu não ter conhecimento técnico necessário para fazê-las. A estética pensada para a capa foi uma aparência 2D, que pudesse remeter ao serviço doméstico. Já a editoração tem o formato A5 (14 x 21 cm), contendo 101 páginas no total. A fonte e o tamanho são, respectivamente, Times New Roman e 12. As fotos contidas no livro-reportagem foram feitas por mim, na vertical e horizontal, utilizando um aparelho celular como a captação, devido à falta de equipamento adequado, a exemplo de uma câmera fotográfica profissional.

Outro ponto a se comentar sobre as fotos é que todas as imagens que estão presentes no livro-reportagens estão na coloração preto e branco (P&B). De acordo com Augusto e Toutain (2016), é inegável que a fotografia sem a presença de cor transmite

um efeito simbólico e possibilita várias interpretações. E, foi justamente esse o propósito ao trazer as fotografias das personagens em preto e branco, para que os leitores pudessem ver e sentir a representação e significado das imagens dispostas no livro-reportagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos propostos por esse trabalho era observar como e/ou se a Emenda Constitucional nº 72/2013 impactou no trabalho das domésticas. E, essa investigação foi feita por meio da apreensão de histórias de vida de mulheres que trabalham com serviços domésticos no interior da Bahia. As duas cidades escolhidas, apesar de possuírem grandes diferenças no quesito populacional e econômico, não apresentaram discrepâncias com relação à realidade empregatícia das entrevistadas. Enquanto estive em campo e depois, ao estudar os últimos dados da Pnad Contínua do IBGE, pude observar que os resultados dessa pesquisa se equipararam com a pesquisa nacional porque a faixa etária, escolaridade e a cor das participantes de Gandu e Vitória da Conquista, se mantiveram muito próximas dos referidos dados.

Nas conversas, todas as entrevistadas afirmaram que a Emenda Constitucional trouxe mudanças significativas para essa classe trabalhista, impactando positivamente. Até mesmo uma das participantes que não mais conseguiu trabalhar como mensalista, também ratificou a importância dessas garantias para as domésticas. Somente uma das trabalhadoras obteve a legalização depois que a lei foi promulgada, porém, outras duas recebem o salário mínimo e acreditam que isso acontece muito provavelmente por conta da emenda. Ao entrevistar as participantes, pude perceber que quase todas elas realizam o ofício por gostar da área, com exceção de uma que trabalha somente por necessidade, e se sentem satisfeitas quando chega o final do expediente e os ambientes das casas estão exalando o cheiro de limpeza.

O objetivo geral proposto neste trabalho foi cumprido. Ao final, fiz um livro-reportagem com nove reportagens-perfil, narrando as histórias das personagens. Fazer isso por meio do Jornalismo Literário se mostrou assertivo, porque foi possível direcionar a escrita para a construção cena a cena, com diálogos completos e registro de símbolos do status de vida das personagens, de acordo com a caracterização da narrativa do Jornalismo Literário dita por Wolfe (2005). A metodologia utilizada foi uma aliada, visto que, fui a campo entrevistar as trabalhadoras domésticas, livre de hipóteses para receber

o que elas iriam me contar, para que ao final, pudesse tirar minhas conclusões de como é ser uma trabalhadora doméstica.

Problematizar o cumprimento da lei também foi importante, porque depois da Consolidação das Leis Trabalhistas, demorou 72 anos para que os empregados domésticos viessem a ter os mesmos direitos comuns a outras profissões. Isso evidencia que por muito tempo, esses serviços não eram considerados de grande valor e contribuição para a sociedade, principalmente porque o trabalhador doméstico não gera lucros ao empregador. Apesar do impacto positivo que a Emenda Constitucional nº 72/2013 causou na vida de alguns trabalhadores domésticos, ainda há muitos desafios para que eles consigam, na totalidade, gozar dos direitos legais, porque os dados oficiais mostram que mais de 70% não são alcançados por essas garantias previstas na lei. Além disso, existem as mulheres que não conseguem trabalhar como empregadas domésticas porque os possíveis empregadores não têm como pagar o que a lei exige, por isso, elas ficam sem trabalhar ou passam a não ter nenhum vínculo empregatício nas casas onde irão prestar seus serviços.

As discussões vistas e levantadas nessa pesquisa e no livro-reportagem, podem contribuir para estudos futuros, no sentido de fazer um acompanhamento ao longo do tempo para verificar se a realidade das trabalhadoras domésticas terá mais mudanças significativas, como um aumento de mulheres domésticas legalizadas, a faixa etária média e os níveis de escolaridades. Por meio do produto resultante desse trabalho, os futuros leitores poderão conhecer diferentes histórias de vida de mulheres que são invisibilizadas pela sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUSTO, Gillucci; TOUTAIN, Lídia Brandão. **A semiótica da imagem fotográfica digital em preto e branco**. Revista Ponto de Acesso, v. 10, nº 3 (2016): Fotografia: tempos e epistemologias. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/20943>. Acesso: 15 ago. 2023.

ARAÚJO, Marina Macedo. **Trabalho doméstico no Brasil: a luta pelo reconhecimento social frente aos novos direitos**. Brasília, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11482/1/2015_MarinaMacedoAraujo.pdf. Acesso: 14 abr. 2022.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Pedrinho A. Guareschi (trad.), 2a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal, UFRN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm. Acesso em: 27 set. 2022.

_____. **Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 27 set. 2022.

CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo Literário: uma introdução**. Brasília: Casa das Musas, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/40828132/Gustavo_Castro_Jornalismo_Liter%C3%A1rio_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 30 jul. 2022.

GUIMARÃES, Flávio Romero. **Trabalhadoras Domésticas: da invisibilidade e exclusão social à conquista de direitos**. Juruá Editora, 152 p. 2019.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2004.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário: a realidade de forma autoral e humanizada**. In: Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano VI - n. 1 pp. 71 - 83 jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2009v6n1p71>. Acesso: 20 ago. 2022.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário**. Editora Contexto, 142 p. São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Kelly Cristine de Oliveira. **Trabalho Doméstico: um estudo sobre percepções de empregadas domésticas da cidade de Paula Cândido-MG, Viçosa, 2014**. Disponível em: <https://dcs.ufv.br/wp-content/uploads/2021/10/Trabalho-Domestico-um-estudo-sobre-percepcoes-de-empregadas-domesticas-da-cidade-de-Paula-Candido-MG.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022

Trabalho doméstico no Brasil. **DIEESE**, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso: 22 set. 2022

WOLFE, Tom. **Radical Chique e o Novo Jornalismo**. tradução José Rubens Siqueira : Companhia das Letras, 145 p. São Paulo, 2005.